



EDIÇÃO ESPECIAL

Conforme Parágrafo Único do Art. 4 do
Decreto 5.348/2005 de 16/06/2005.

SEMANÁRIO OFICIAL

João Pessoa, 28 de outubro de 2021 * nº ESPECIAL * Pág. 001/012

ATOS DO PREFEITO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 015 DE 27 DE OUTUBRO DE 2021

INSTITUI DESCONTO NO ITBI
DURANTE O FEIRÃO DO
SERVIDOR NO MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA,
NO USO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 27, VI C/C COM O §1º,
DA LEI ORGÂNICA PARA O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ADOTA A SEGUINTE
MEDIDA PROVISÓRIA, COM FORÇA DE LEI:

Art. 1º Fica concedido desconto de 100% (cem por cento) no valor do Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos – ITBI, a serem lançados no período de 27 a 29 de outubro de 2021, nas aquisições de imóveis por servidor ocupante de cargo comissionado ou por prestadores de serviços contratados por excepcional interesse público pelo Município de João Pessoa na condição de pessoas físicas desde que, em ambos os casos, atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I – receba remuneração total no âmbito municipal de até 5.000,00 (cinco mil) reais;

II – não possuir outro imóvel no Município, considerando-se, sendo o caso, aqueles em nome do seu cônjuge ou companheiro;

III – residir no imóvel; e

IV – utilizar o imóvel apenas para fins residenciais.

§1º O interessado deverá protocolar no prazo indicado no *caput* deste artigo, anexando documentação já definida em ato da Secretaria Executiva da Receita Municipal para o benefício análogo previsto para servidores efetivos, podendo a autoridade julgadora solicitar outros elementos, tendo em vista a necessidade peculiar do presente procedimento.

§2º Quando o adquirente ainda não estiver na posse do imóvel, a comprovação descrita nos incisos III e IV do *caput* deste artigo será satisfeita por termo no qual o beneficiário prestará declaração de que residirá no imóvel e utilizará o mesmo apenas para fins residenciais.

§3º O benefício previsto no *caput* deste artigo fica estendido à aquisição de terreno destinado à construção do imóvel vinculado ao programa habitacional ou residência do ocupante de cargo comissionado ou prestador de serviço.

§4º O benefício apenas será concedido uma única vez.

§5º Fica o beneficiário sujeito ao lançamento do imposto, com atualização monetária, juros de mora e multa de mora, caso o imóvel venha a ser revendido dentro do prazo de cinco anos, contados da data de aquisição.

§6º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o imposto será lançado com atualização monetária, juros de mora e multa por infração gravíssima, punida na forma do Anexo III da Lei Complementar nº. 53, de 23 de dezembro de 2008, caso seja apurado que o beneficiário utilizou elementos falsos ou inexatos, ou ainda, omitiu operação de qualquer natureza para gozar indevidamente do desconto.

§7º O desconto previsto neste artigo fica estendido ao imposto lançado sobre a fração do imóvel que esteja sendo adquirida, no mesmo ato, pelo cônjuge ou companheiro do beneficiário.

Art. 2º Não serão objeto de restituição os valores lançados sem o desconto previsto nesta Medida Provisória, em virtude de terem sido pagos anteriormente ao prazo estipulado no *caput* do seu artigo 1º.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB, em 27 de OUTUBRO de 2021.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE, ENTRE SI, FAZEM O BANCO DE BRASÍLIA S.A. - BRB E O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB, DESTINADO AO APOIO FINANCEIRO PARA O FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO, CONFORME PLANO DE INVESTIMENTO - POR MEIO DA LINHA DE CRÉDITO EMPRESARIAL.

Por este instrumento, as partes adiante nominadas e qualificadas, representadas como ao final indicado, têm justo e contratado, entre si, a concessão de FINANCIAMENTO, na forma a seguir ajustada:

I – O BANCO DE BRASÍLIA S.A., doravante denominado BRB, sociedade de economia mista distrital dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, de capital aberto, que explora atividade econômica na forma do artigo 173 da Constituição Federal, organizado sob a forma de banco múltiplo, sujeito ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, sendo regido pelo seu Estatuto Social, pelas Leis nº 4.545/1964, nº 6.404/1976, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais disposições legais aplicáveis, com sede no ST SAUN Quadra 5 Lote C, 8º andar, Asa Norte, Brasília – DF - CEP: 70.297-400, neste ato representada por seu Gerente Geral - Agência Corporate – 046, Wagner dos Santos Maier, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Identidade nº 2876497 SSP-DF e do CPF/MF nº 907.084.821-04, residente e domiciliado nesta cidade, com o mesmo endereço profissional da pessoa jurídica que ora representa.

II – MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.778.326/0001-56, neste ato representado por seu representante legal, Cícero de Lucena Filho, brasileiro, natural de São José de Piranhas - PB, casado, governante, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01672337050 – Detran/PB, inscrito no CPF sob nº 142.488.324-53, doravante designado **TOMADOR**.

BRB e TOMADOR, isoladamente, também podem ser designados PARTE e, quando considerados em conjunto PARTES.

CONSIDERANDO,

I - a manifestação favorável da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão integrante do Ministério da Economia, quanto à verificação dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito, na forma do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, por meio do Ofício Circular SEI nº 4036/2021/ME e Parecer SEI nº 16206/2021/ME;

II - a adimplência do **TOMADOR** com as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como de inexistência de



pendências de registro no Sistema de Registro de Operações com o Setor Público (Cadip), nos termos do art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal;

III - a entrega de parecer jurídico atualizado do contratante sobre o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à operação de crédito;

IV - A Autorização Legislativa para contratação de operação de crédito, por meio da Lei Ordinária nº 14.234, de 12 de agosto de 2021, publicada no Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, nº Especial, Página 01, em 13/08/2021;

V - Os limites estabelecidos pela Resolução BACEN 4.589/17;

VI - Que os recursos foram captados no mercado pelo BANCO DE BRASÍLIA S.A.;

VII - Considerando, ainda, que cada expressão abaixo tem, para efeito deste CONTRATO, o seguinte significado:

BACEN – Banco Central do Brasil.

CADIP – Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiros/Interbancários, divulgado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, por meio do endereço eletrônico <http://www.cetip.com.br>.

CONTA VINCULADA – É a conta bancária individualizada, aberta pelo TOMADOR em seu nome, em agência do BRB – Banco de Brasília S.A., com a finalidade específica de registrar os recursos financeiros relativos ao (s) desembolsos.

DIA ELEITO – É aquele definido para que o TOMADOR efetue o pagamento de suas prestações.

DÍVIDA VINCENDA – Significa a dívida composta pelas liberações, suas respectivas amortizações, e que é base de cálculo para os encargos previstos neste instrumento.

FIEL DEPOSITÁRIO – Pessoa jurídica que assume o encargo pela boa guarda, conservação e entrega dos livros e/ou documentos fiscais, notas fiscais, faturas, duplicatas ou outros documentos que lhe pertencem, decorrentes das operações de compra, referentes à aplicação dos recursos objeto deste CONTRATO, bem como, dos documentos fiscais referentes à prestação de serviços realizados.

BRB DESENVOLVIMENTO - GOVERNO – Financiamento à Administração Pública e Empresas – Linha de Financiamento do BRB.

INADIMPLÊNCIA FINANCEIRA – Para fins do disposto neste CONTRATO, a inadimplência de quaisquer obrigações financeiras será caracterizada na ocorrência de não pagamento do serviço da dívida, seja na fase de carência ou na fase de retorno,

Página 2 de 33

compreendendo no todo ou em parte, do principal, encargos, juros de mora, multas, tarifas e acessórios, entre outras obrigações financeiras, conforme previsto neste CONTRATO.

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

JUROS – Significa a taxa nominal negociada para este CONTRATO, previsto na Cláusula Quinta (DOS JUROS).

LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Trata-se das Leis Orçamentárias do TOMADOR, que são o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, devendo estar previstas nessas leis as ações/projetos a serem financiadas com recursos deste CONTRATO.

- PPA, LDO E LOA do Município.

PRICE – Sistema Francês de Amortização.

PROJETOS / AÇÕES – trata-se dos PROJETOS / AÇÕES previstos na LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA a serem executados pelo TOMADOR com recursos deste CONTRATO, conforme ANEXO I.

SAC – Sistema de Amortização Constante.

VALOR DE FINANCIAMENTO – É o montante do financiamento previsto na Cláusula Primeira (DO OBJETO).

Têm, entre si, justo e acordado o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O BRB concede ao TOMADOR financiamento no valor de R\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais), proveniente de recursos ordinários do BRB, com a finalidade única e exclusiva de financiar as Despesas de Capital, discriminadas no Anexo I, previsto na LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do ano de 2021 e dos exercícios financeiros subsequentes e suas suplementações e conforme Lei Autorizativa nº 14.234, de 12 de agosto de 2021, publicada no Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, nº Especial, Página 01, em 13/08/2021.

1.2 É vedada a aplicação dos recursos obtidos com o presente financiamento em Despesas Correntes do TOMADOR, nos termos do artigo 35, §1º, inciso I, da Lei Complementar de nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DO CRÉDITO

2.1 O crédito aberto se destina, única e exclusivamente, à aplicação em Despesas de Capital previstas na LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, e discriminado no ANEXO I do

Página 3 de 33

Presente CONTRATO.

2.2 É de inteira e exclusiva responsabilidade do TOMADOR a execução das ações e atividades, obras de engenharia civil, a aquisição de bens e serviços e quaisquer outros investimentos, enquadrados como Despesas de Capital, que venham a ultrapassar o valor inicialmente previsto nos PROJETOS / AÇÕES citados neste CONTRATO.

2.3 É vedada a destinação dos recursos para pagamento de despesa realizada em data anterior à assinatura deste CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1 DO PRAZO PARA UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

3.1.1 O prazo para utilização do crédito total deste FINANCIAMENTO é de 90 (noventa) dias contados do término de carência deste CONTRATO, sendo possível sua prorrogação por igual período, desde que devidamente acordada entre as PARTES.

3.2 DO PRAZO PARA O DESEMBOLSO

3.2.1 O prazo para a liberação é de até 90 dias contados a partir da data de assinatura deste CONTRATO, desde que cumpridos os requisitos e condicionantes previstos na CLÁUSULA QUARENTA deste Contrato, sendo possível sua prorrogação por igual período, desde que devidamente acordada entre as PARTES.

3.3 DO PRAZO TOTAL DO FINANCIAMENTO

3.3.1 O prazo total deste CONTRATO é de 120 (cento e vinte) meses, compostos por um período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, e um período de amortização de 96 (noventa e seis) meses.

3.4 DO PRAZO DE CARÊNCIA

3.4.1 O período de carência será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura deste CONTRATO, considerando como primeiro, o mês subsequente ao da contratação.

3.5 DO PRAZO DE RETORNO

3.5.1 Este CONTRATO será amortizado em 96 (noventa e seis) meses contados a partir do mês seguinte ao do término de carência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS

4.1 NA CARÊNCIA

4.1.1 Durante esta fase e após o primeiro desembolso, serão devidos e cobrados,

Página 4 de 33



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: Cícero de Lucena Filho

Vice-Prefeito: Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti

Sec. de Gestão Governamental: Márcio Diego F. Tavares

Secretaria de Administração: Ariosvaldo de Andrade Alves

Secretaria de Saúde: Fábio Antônio da Rocha Sousa

Secretaria de Educação: Maria América Assis de Castro

Secretaria de Planejamento: José William Montenegro Leal

Secretaria da Fazenda: Adenilson de Oliveira Ferreira

Secretaria de Desenv. Social: Felipe Matos Leitão

Secretaria de Habitação: Maria Socorro Gadelha

Secretaria de Comunicação: Marcos Vinícius Sales Nóbrega

Controlad. Geral do Município: Eudes Moaci Toscano Júnior

Secretaria de Direitos Humanos: João Carvalho da C. Sobrinho

Procuradoria Geral do Município: Bruno Augusto A. da Nóbrega

Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: Rougier Xavier G.

Secretaria da Infra Estrutura: Rubens Falcão da Silva Neto

Sec. do Trabalho, Produção e Renda: Vaulene de Lima Rodrigues

Sec. Juventude, Esporte e Recreação: Kaio Márcio Ferreira Costa

Secretaria de Turismo: Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes

Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: Ivonete Porfírio Martins

Sec. de Desenvolvimento Urbano: Antônio Fábio Soares Carneiro

Sec. da Ciência e Tecnologia: Margaret de Fátima Formiga M. Diniz

Secretaria de Meio Ambiente: Welison Araújo Silveira

Sec. de Segurança Urbana e Cidadania: João Almeida Carvalho Júnior

Secretaria da Defesa Civil: Kelson de Assis Chaves

Suprint. de Mobilidade Urbana: George Ventura Moraes

Auatq. Esp. Munic. de Limp. Urbana: Ricardo Jose Veloso

Instituto de Previdência do Munic.: Caroline Ferreira Agra

Fundação Cultural de João Pessoa: Antônio Marcus Alves de Souza

SEMANÁRIO OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - Orleide Maria de O. Leão
Designer Gráfico - Emilson Cardoso e Tayame Uyara

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental e
Articulação Política - Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766
semanariojp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa
Criado pela Lei Municipal nº 617, de 21 de agosto de 1964
Impresso no Serviço de Reprodução Gráfica
Centro Administrativo Municipal
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br

mensalmente, Juros de Carência.

4.1.2 Os Juros de Carência terão como base de cálculo a Dívida Vincenda existente no dia anterior ao DIA ELEITO e a Taxa de Juros estipulada na **Cláusula Quinta (DOS JUROS)**.

4.2 NO RETORNO

4.2.1 As prestações, mensais e sucessivas, serão calculadas segundo o Sistema de Amortização Constante - SAC.

4.2.2 As Prestações, compostas por cotas de Amortização e Juros Contratuais, terão como base de cálculo a Dívida Vincenda existente no dia anterior ao DIA ELEITO e a Taxa de Juros estipulada na **Cláusula Quinta (DOS JUROS)**.

4.2.3 O DIA ELEITO para o TOMADOR corresponde ao dia 15 de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – DOS JUROS

5.1 Sobre a **DÍVIDA VINCENDA**, tanto na fase de carência quanto na fase de retorno, incidirão juros correspondentes a 3,90% a.a. (três vírgula noventa por cento ao ano) mais variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI ao ano.

5.1.1 O cálculo de Juros previsto no item 5.1 observará a equação presente no subitem 1.1 do Anexo IV.

5.2 Para efeito da aplicabilidade dessa disposição, o custo médio de captação em CDI a ser aplicada será o referente ao dia anterior ao DIA ELEITO (D-1), capturada nas séries históricas disponíveis no site www.cetip.com.br.

5.3 Observado o estabelecido abaixo, no caso de indisponibilidade temporária do CDI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista no presente CONTRATO, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa CDI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do TOMADOR quanto por parte do BRB, quando da divulgação posterior da Taxa CDI que seria aplicável.

5.4 Na hipótese de extinção, suspensão, falta de divulgação por prazo superior a 15 (quinze) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa CDI, fica, desde já, convencionado que O BRB e o TOMADOR poderão, mediante mútuo e prévio acordo por escrito, adotar para as mesmas finalidades, índices ou taxas que vierem a ser divulgados e determinados pelas autoridades competentes, ou, na falta de sua divulgação, os índices, taxas ou bases de remuneração substitutas e que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias.

Página 5 de 33



CLÁUSULA SEXTA – DA COBRANÇA

6.1 PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA – a cobrança do principal e encargos será feita da seguinte forma:

6.1.1 O BRB expedirá Aviso de Cobrança ao TOMADOR, para que este promova a liquidação de suas obrigações até o último dia útil de cada mês, preferencialmente na Agência onde se encontra aberta a **CONTA VINCULADA** ou em qualquer outra do BRB.

6.1.2 O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o TOMADOR da obrigação de pagar as prestações do principal e dos encargos nas datas estabelecidas neste CONTRATO.

6.1.3 Vencimento em dias feriados - ocorrendo vencimento em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, este será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esta data, se iniciando, também a partir desta data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

6.1.4 O BRB manterá à disposição do TOMADOR as informações, dados e cálculos que servirem de base para apuração dos valores devidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO FINANCEIRO

7.1 Na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação financeira deste CONTRATO, os débitos em atraso ficarão sujeitos, a partir da data do inadimplemento, sem prejuízo das demais sanções previstas neste CONTRATO, aos seguintes encargos: I. multa de 3% (três por cento), aplicada de imediato, sobre o valor da dívida vencida e não paga.

II. juros remuneratórios contratados para o período de adimplência da operação, conforme previsto na CLÁUSULA QUINTA – DOS JUROS.

III. juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês), equivalentes a 12,68% a.a. (doze vírgula sessenta e oito por cento ao ano), incidentes sobre o saldo devedor vencido, que serão calculados, dia a dia, até a data da efetiva liquidação do débito.

7.1.1 Nos casos em que o valor oferecido em pagamento for insuficiente para liquidação do débito em atraso, e caso o BRB admita o pagamento parcial da dívida vencida, esse procedimento não importará em novação da dívida, nem poderá ser invocado como causa suficiente para interromper ou elidir a mora ou exigibilidade imediata da obrigação.

7.2 Sobre as parcelas vincendas da dívida continuarão a ser aplicados os juros contratuais.

7.3 Na hipótese de ocorrer a imediata exigibilidade da dívida, incidirão sobre todo o disposto o saldo devedor, a multa, juros moratórios, juros contratuais, previstos neste CONTRATO.

Página 6 de 33



CLÁUSULA OITAVA – DA PENA POR VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1 O TOMADOR, nas hipóteses de vencimento antecipado, fica sujeito à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o montante dos recursos liberados e não aplicados na forma contratualmente ajustada, ou que não tenha ocorrido o aceite pelo BRB, na forma e prazos ora pactuados.

8.2 Além da multa prevista acima, caso seja declarado o vencimento antecipado da dívida por quaisquer dos motivos listados na **Cláusula Dezenove (DO VENCIMENTO ANTECIPADO)** e tenham ocorrido despesas operacionais após a contratação desta operação objetivando sua eficácia, ou outras que porventura sejam pertinentes, o TOMADOR deve ressarcir ao BRB tais despesas, limitadas a 1% (um por cento) do VALOR DO FINANCIAMENTO.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDADAÇÃO ANTECIPADA E AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

9.1 O TOMADOR poderá realizar a liquidação antecipada da dívida, bem como pagamentos extraordinários para amortizar a dívida, desde que a quantia amortizada corresponda ao valor mínimo de 2 (duas) prestações.

9.2 Para qualquer evento, liquidação antecipada da dívida ou amortização extraordinária, serão cobradas as taxas previstas na **CLÁUSULA QUARTA (DOS ENCARGOS)**, **DEZ (DO INADIMPLEMENTO NÃO FINANCEIRO)** e **QUINTA (DOS JUROS)**, aplicadas sobre o saldo devedor atualizado *pro-rata* até a data prevista de liquidação, conforme fórmulas abaixo, em sua integralidade, de forma a assegurar o retorno ao BRB dos custos operacionais, de captação e de capital alocado para o presente FINANCIAMENTO.

9.3 O Saldo Devedor para Liquidação Antecipada será igual ao saldo devedor atualizado *pro rata*, multiplicado pelo fator correspondente à taxa de juros prevista na **Cláusula Quinta – DOS JUROS**.

$$SDLA = SD \times (1 + \text{preencher com o percentual do CDI} \% \times \text{CDI});$$

Onde:

SDLA = Saldo Devedor para Liquidação Antecipada; e,
SD = Saldo Devedor atualizado *pro rata*;

9.4 O Valor Total da Amortização Extraordinária será igual ao valor da amortização antecipada, multiplicado pelo fator correspondente ao somatório da taxa de juros acrescida de CDI, previstas nas **CLÁUSULAS QUARTA (DOS ENCARGOS)**, **QUINTA (DOS JUROS)** e **SEXTA (DA COBRANÇA)**.

Página 7 de 33



$$VTAE = VAE \times (1 + \text{preencher com o percentual do CDI} \% \times \text{CDI})$$

Onde:

VTAE = Valor Total da Amortização Extraordinária
VAE = Valor da Amortização Extraordinária

CLÁUSULA DEZ – DO INADIMPLEMENTO NÃO-FINANCEIRO

10.1 Na hipótese de atraso no cumprimento de obrigação não-financeira, o TOMADOR ficará sujeito à multa de 1% a.a. (um por cento ao ano), incidente sobre o saldo devedor corrigido de principal e encargo, a partir do dia seguinte fixado pelo BRB ou por meio de notificação judicial ou extrajudicial, para cumprimento da obrigação inadimplida.

10.2 Se ocorrer descumprimento de obrigação não-financeira, na hipótese de liquidação antecipada, a multa será calculada sobre o valor recebido antecipadamente pelo BRB, corrigido de acordo com os critérios do subitem 9.3 deste CONTRATO.

10.2.1 Se o descumprimento de obrigação não-financeira ocorrer em operação de prestação de garantia, o saldo devedor será o da obrigação garantida.

10.2.2 Nas hipóteses de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista neste instrumento, ocorrerá o vencimento antecipado da dívida, ficando o TOMADOR sujeito, a partir do dia seguinte ao fixado por meio de notificação judicial ou extrajudicial, à pena de vencimento antecipado na forma da **CLÁUSULA OITAVA (DA PENA POR VENCIMENTO ANTECIPADO)**, acrescido dos encargos devidos na forma contratualmente ajustada até a datada efetiva liquidação do débito.

CLÁUSULA ONZE – DA FORMA DE UTILIZAÇÃO

11.1 A liberação dos recursos é efetuada periodicamente pelo BRB, respeitada a solicitação do TOMADOR e o Cronograma de Desembolso – **ANEXO II**, que se responsabiliza pela aplicação dos recursos deste FINANCIAMENTO nos **PROJETOS / AÇÕES**.

11.2 Os recursos de que trata a Cláusula 11.1 serão creditados na **CONTA VINCULADA** aberta na agência do BRB – Ag. 046 Corporate, sob o nº 046001617-2, cujos recursos destinam-se, obrigatoriamente, ao pagamento dos faturamentos dos **PROJETOS / AÇÕES**, constantes dos documentos de solicitação de desembolso apresentados pelo TOMADOR, vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim que não a execução dos **PROJETOS / AÇÕES** descritos neste contrato.

11.3 As parcelas do FINANCIAMENTO a serem desembolsadas não farão jus à atualização monetária, independentemente do prazo previsto para a execução das obras e / ou serviços.

Página 8 de 33



11.4 O TOMADOR concorda com o disposto na Cláusula 11.3 e assume, perante o BRB, inteira responsabilidade por eventuais diferenças de atualização, reclamadas por terceiros, que porventura recaiam sobre o FINANCIAMENTO ora concedido.

11.5 A comprovação das parcelas pelo TOMADOR da utilização dos recursos oriundos do presente FINANCIAMENTO em Despesas de Capital é comprovada ao BRB até o valor correspondente de cada liberação, conforme sistemática a seguir:

Parcelas	Valor R\$	Comprovação de aplicação
Parcela 1	25.000.000,00	Não se aplica
Parcela 2	25.000.000,00	Mínimo de 80% do 1º desembolso.
Parcela 3	25.000.000,00	Mínimo de 80% do 2º desembolso.
Parcela 4	25.000.000,00	100% de comprovação de todos os desembolsos anteriores.

11.6 O TOMADOR e o BRB poderão, de comum acordo, revisar a sistemática constante desta Cláusula, estabelecendo novas condições ou as alterando, cabendo o BRB alterar as disposições, mediante autorização epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro.

11.7 No prazo de 90 (noventa) dias, contado da conclusão da obra, o TOMADOR deve apresentar o relatório de conclusão do(s) PROJETOS / AÇÕES.

11.8 Por solicitação do TOMADOR, e/ou a critério do BRB, a sistemática de liberação poderá ser realizada *pari passu* à realização da despesa, devendo ser apresentada previamente pelo TOMADOR listagem contendo as despesas a serem pagas com os respectivos dados bancários das contas destino juntamente com as notas fiscais / boletim de faturamento, observadas as rubricas orçamentárias enquadradas.

CLÁUSULA DOZE – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

12.1 O TOMADOR declara e concorda que o BRB não detém competência ou atribuição para fiscalizar a atuação do TOMADOR nos procedimentos licitatórios, ou execução de obras e serviços sendo o BRB isento de toda e qualquer responsabilidade ou obrigação para avaliar ou fiscalizar tais procedimentos.

12.2 O TOMADOR se obriga a ressarcir e / ou indenizar o BRB e seus empregados, por qualquer perda ou dano, de qualquer prejuízo financeiro ou à imagem e/ou qualquer quantia que vier a ser compelida a pagar por conta de decisões judiciais, procedimentos administrativos ou procedimentos de arbitragem ou inquéritos civis e procedimentos investigatórios promovidos pelo Ministério Público ou ações civis públicas ou Termos de Ajustamento que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado aos procedimentos licitatórios e de fiscalização de responsabilidade do TOMADOR relativos ao objetivo deste CONTRATO.

Página 9 de 33



CLÁUSULA TREZE – OUTRAS TARIFAS, TAXAS E MULTAS

13.1 Outras tarifas pós-contratuais podem ser cobradas pelo BRB, conforme Tabela de Tarifas publicada e afixada em suas agências, tarifas estas cobradas individualmente, pagas pelo TOMADOR no momento do recebimento da solicitação do evento, realizada pelo TOMADOR.

13.2 As alterações contratuais motivadas por iniciativa do BRB, em decorrência de normas legais e/ou infralegais não serão objeto de cobrança de tarifas, taxas ou multas.

13.3 O TOMADOR obriga-se a reembolsar o BRB por todas as multas e penalidades impostas pelo BACEN, por atrasos ou cancelamentos de desembolso, decorrentes de fatos imputáveis ao TOMADOR, tais como atraso ou irregularidade nas obras, serviços, estudos e projetos, ou por estar o TOMADOR em situação cadastral irregular que não lhe permita receber recursos do BRB.

13.4 O TOMADOR autoriza, desde já, a cobrança de Tarifa de Estruturação de 2% (dois por cento) sobre o valor total do FINANCIAMENTO em favor do BRB, a ser paga com recursos próprios, quando da contratação da operação.

13.5 A eventual tolerância do BRB quanto aos direitos instituídos por este CONTRATO, inclusive sobre a cobrança, ou, eventual não cobrança de multas, taxas e outras tarifas, não importará alteração, novação ou renúncia dos referidos direitos, que poderão ser exercidos pelo BRB a qualquer tempo.

CLÁUSULA QUATORZE – DA RESPONSABILIDADE POR EVENTUAIS TRIBUTOS OU ENCARGOS

14.1 Fica expressamente acordado entre o TOMADOR e o BRB que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos (incluindo quaisquer impostos, taxas e/ou contribuições devidos), relacionados à celebração, registro ou execução e acompanhamento do presente CONTRATO e da garantia nele prevista, ou, de qualquer alteração, serão de responsabilidade e correrão por conta do TOMADOR, inclusive o acompanhamento por parte do BRB no que seja pertinente às vistorias e inspeções que serão realizadas, mesmo na hipótese de cancelamento parcial ou total do crédito aberto.

CLÁUSULA QUINZE – DAS GARANTIAS

15.1 Em garantia ao pagamento do FINANCIAMENTO ora concedido, demais obrigações contraídas neste CONTRATO, e recomposição de valor liberado e não comprovado nos termos pactuados, o TOMADOR oferece ao BRB:

15.2 VINCULAÇÃO DE RECEITA DO ENTE DA FEDERAÇÃO

15.2.1 O TOMADOR outorga ao BRB, nesta data, poderes irrevogáveis e irretiráveis

Página 10 de 33



para, em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado da dívida, efetuar o bloqueio e repasse dos recursos decorrentes da arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, conforme estabelecido nos Artigos 158 e 159 da Constituição Federal de 1988, e pela Lei Ordinária nº 14.234, de 12 de agosto de 2021, publicada no Semanário Oficial da Prefeitura de João Pessoa/PB, sob nº Especial, Página 001, em 13/08/2021, até o limite do saldo devedor atualizado.

15.2.2 Em decorrência da vinculação da receita ora constituída, e para o efeito de assegurar a efetividade das garantias oferecidas neste instrumento, o TOMADOR, como forma e meio de efetivo pagamento integral da dívida, cede e transfere ao BRB, em caráter irrevogável e irretirável, os créditos efetuados na(s) sua(s) conta(s) de depósito, mantida(s) no BANCO DO BRASIL S/A. A cessão ora estipulada se faz a título "pro solvendo" e nos exatos valores a serem requisitados por escrito pelo BRB.

15.2.2.1 Na ocorrência de inadimplemento por parte do TOMADOR, o BRB solicita ao BANCO DO BRASIL S/A a retenção dos recursos do FPM, destinando-os à quitação do encargo, nos termos do PACTO ADJETO firmado entre o BRB e o BANCO DO BRASIL S/A, e o MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB, o qual regulamenta esse procedimento.

15.2.2.1.1 Fica o TOMADOR ciente neste ato que, por força do acordo operacional supracitado, o BANCO DO BRASIL S/A comprometeu-se a:

- não acatar contra-ordem de pagamento do TOMADOR, exceto quando se tratar de ordem judicial;
- obedecer à ordem de priorização estabelecida para liquidação de dívidas, qual seja; dívidas junto ao Tesouro Nacional, junto ao BANCO DO BRASIL S/A e junto ao BRB;
- pagar ao BRB, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis bancários a partir da efetiva retenção de que trata o subitem anterior, as quantias suficientes à quitação das obrigações vencidas, levando a débito daquela conta os valores correspondentes.

15.3 O TOMADOR apresenta ao BRB, como CAUÇÃO DE CONTA VINCULADA, em caráter irrevogável e irretirável, a modo "pro solvendo" o montante de 3 (três) parcelas, sendo que o valor das prestações (PMT – Periodic Payment Amount) equivale aos pagamentos efetuados, periodicamente, para saldar dívida contratada por determinada taxa de juros e prazo específico.

15.3.1. Desde já o TOMADOR autoriza o BRB, em caráter irrevogável e irretirável, a utilizar os valores para liquidação do presente CONTRATO, cabendo a integral utilização dos recursos para fins de cumprimento de todas as obrigações resultantes deste instrumento.

15.3.2 A CAUÇÃO é dada pelo prazo de vigência do instrumento garantido e até que o montante total (principal mais acréscimos contratuais) do saldo devedor seja liquidado, considerando-se as parcelas mensais, subsistindo, entretanto, em relação às demais obrigações previstas no instrumento.

15.3.3. Fica expressamente vedado ao TOMADOR o resgate dos valores, objeto da contragarantia, antes do integral cumprimento das obrigações do TOMADOR junto ao

Página 11 de 33

BANCO, por ser condição essencial à realização do negócio jurídico.

CLÁUSULA DEZESSEIS – OUTRAS OBRIGAÇÕES

16.1 Constituem obrigações do TOMADOR, independentemente de outras previstas neste CONTRATO:

- manter-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e o BRB;
- realizar o(s) PROJETOS / AÇÕES com o devido empenho e eficiência e de acordo com normas e práticas técnicas, econômicas, financeiras, gerenciais, ambientais e sociais confiáveis;
- contratar e / ou adquirir os bens, obras e serviços para os quais foram destinados recursos deste CONTRATO de acordo com a legislação em vigor;
- garantir que todos os bens, obras e serviços para os quais foram destinados recursos deste FINANCIAMENTO sejam utilizados exclusivamente para o cumprimento dos objetivos dos PROJETOS / AÇÕES;
- manter procedimentos adequados para registrar o andamento de suas respectivas partes dos PROJETOS / AÇÕES, inclusive os custos e os benefícios dele resultantes, com o objetivo de identificar os bens, as obras e os serviços para os quais foram destinados recursos deste FINANCIAMENTO e divulgar o seu uso nos PROJETOS / AÇÕES, bem como fornecer esses registros ao BRB;
- manter todos os registros – contratos, pedidos, faturas, notas fiscais, cobranças, recibos e outros documentos – que comprovem as despesas relacionadas às suas respectivas partes dos PROJETOS / AÇÕES, no mínimo, pela vigência, deste CONTRATO;
- implementar as medidas recomendadas pelo BRB;
- elaborar e apresentar ao BRB todas as informações que o BRB justificadamente solicitar com relação às obrigações indicadas neste instrumento;
- responsabilizar-se pelo retorno ao BRB deste FINANCIAMENTO nos prazos e condições estabelecidos no presente CONTRATO;
- pagar todas as importâncias devidas por força deste CONTRATO em Agência do BRB, em especial aquelas a que der causa por impontualidade, previstas neste CONTRATO;
- arquivar em sua contabilidade analítica, todos os documentos comprobatórios das despesas, as quais permanecerão à disposição do BRB pelo prazo de 10 anos após a liquidação da dívida;
- apresentar ao BRB, a critério desta ou quando por esta exigido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros e/ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória;
- comunicar prontamente ao BRB qualquer ocorrência que importe modificação dos investimentos previstos, indicando as providências a serem adotadas;
- manter vigentes, durante todo o prazo do FINANCIAMENTO, todas as licenças, principalmente ambientais, autorizações e demais exigências de órgãos governamentais;
- fornecer ao BRB, cópia das licenças ambientais relativas ao(s) empreendimento(s) e suas renovações, bem como de todas as atuações, relatórios e fiscalizações administrativas, relativas ao meio ambiente;
- permitir aos representantes do BRB livre acesso, em horário comercial, a todos os

Página 12 de 33



documentos, informações e registros contábeis a eles pertinentes, mediante aviso prévio daquela ao **TOMADOR**, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para análise do andamento dos **PROJETOS / AÇÕES** e verificação das obrigações assumidas neste **CONTRATO**;

XVII. apresentar ao **BRB** listagem de pendências que envolvam assuntos ambientais consubstanciadas em ações judiciais, procedimentos administrativos ou procedimentos de arbitragem, incluindo descrição pormenorizada das respectivas pendências, montantes envolvidos e atual estágio de eventuais negociações, incluindo: autos de infração emitidos pela autoridade ambiental; inquéritos civis e procedimentos investigatórios promovidos pelo Ministério Público; ações civis públicas; Termos de Ajustamento – TAC – assinados com o Ministério Público ou órgão ambiental;

XVIII. não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do **CONTRATO**, bem como não vender ou, de qualquer forma, alienar os bens financiados sem a autorização expressa do **BRB**, sob pena de rescisão de pleno direito do **CONTRATO**, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarem antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis;

XIX. Apresentar, preferencialmente, por meio de arquivo eletrônico, listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do **FINANCIAMENTO** a ser utilizada, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pelo **BRB**. Em relação aos bens, deverão ser apresentadas informações de forma a comprovar que os itens que foram financiados são adquiridos com recursos do presente **CONTRATO**.

CLÁUSULA DEZESETE – DAS CONDICIONANTES CONTRATUAIS

17.1 CONDIÇÕES RESOLUTIVAS:

17.1.1 Sob pena de resolução do **CONTRATO** de **FINANCIAMENTO** fica condicionado que o **TOMADOR** deverá apresentar o presente **CONTRATO**, ao **BRB**, devidamente registrado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data da assinatura, observadas as exigências legais de registro deste **CONTRATO** no(s) cartório(s) competente(s), bem como de publicação do ato em meio oficial e encaminhamento de uma via do **CONTRATO** ao Tribunal de Contas do Estado, apresentando ao **BRB** as competentes provas da realização desses atos, sendo este prazo prorrogável a critério do **BRB**;

17.1.2 O valor de financiamento do presente **CONTRATO** deverá estar dentro do limite global de endividamento do setor público ou de excepcionalidade, regulado pelo Conselho Monetário Nacional e controlado pelo **BACEN**, por meio do **CADIP** - Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

17.2 CONDIÇÕES PARA INÍCIO DE DESEMBOLSO:

17.2.1 Para utilização do **FINANCIAMENTO**, o **TOMADOR** obriga-se a cumprir, além

Página 13 de 33



das condições previstas nas Cláusulas de Garantias, as seguintes condições:

I. Para utilização das parcelas do **FINANCIAMENTO**:

- atender integralmente as condições de eficácia expressas neste **CONTRATO**;
- apresentar ao **BRB** o **CONTRATO** assinado e registrado, e cópia da publicação do extrato do presente **CONTRATO** no veículo oficial de imprensa da sede do **TOMADOR**;
- inexistência de inadimplemento de qualquer natureza, perante o **BRB**, e ou de qualquer fato que, a critério do **BRB**, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do **TOMADOR**, e que a critério do **BRB**, possa afetar a segurança do crédito a ser concedido;
- apresentação, pelo **TOMADOR**, de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio da INTERNET, a ser extraída pela BENEFICIÁRIA FINAL e verificada pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CREDENCIADA, nos endereços www.previdenciasocial.gov.br ou www.receita.fazenda.gov.br;
- comprovação da regularidade previdenciária relacionada ao regime próprio de previdência social, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;
- comprovação da regularidade junto ao FGTS;
- comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração do **TOMADOR** sobre a continuidade da validade de tal documento;
- quando for o caso, apresentar, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, a listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando os itens financiados (ex.: equipamentos /máquinas e outros), o(s) fabricante(s), o(s) valor(es), assim como outras informações que venham a ser solicitadas pelo **BRB**;
- comprovação, mediante consulta ao Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público - CADIP, do Banco Central do Brasil, da inexistência de anotações cadastrais impeditivas em nome do **TOMADOR**;
- inexistência de inscrição do **TOMADOR** no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 DE 11/05/2016, a ser verificada pelo **BRB**, mediante consulta na internet, no endereço www.mte.gov.br;
- apresentação na Lei Orçamentária do **TOMADOR**, contendo:
 - Comprovação na conta de Receita Pública: registro do valor decorrente da operação de crédito objeto deste **CONTRATO**, com a identificação da fonte de recurso;
 - Comprovação na conta de Despesa Pública: do valor equivalente ao montante a ser desembolsado referente a Despesas de Capital, objetos deste **CONTRATO**.
- apresentação de toda documentação necessária e suficiente para o

Página 14 de 33



enquadramento da operação pelo **BRB**, sendo o enquadramento condição para a liberação da primeira parcela do desembolso;

m) pagamento, ao **BRB**, de taxas ou tarifas ou comissões pré-contratuais, devidas pelo **TOMADOR**, podendo ser descontada quando da liberação do primeiro desembolso;

CLÁUSULA DEZOITO –DA SUSPENSÃO DO DESEMBOLSO

18.1 O **BRB** pode, a qualquer momento, mediante comunicação por escrito ao **TOMADOR**, suspender o desembolso, na hipótese de ocorrerem, e enquanto persistirem, quaisquer das seguintes circunstâncias:

- mora no pagamento de importâncias devidas por força de qualquer contrato celebrado pelo **TOMADOR** com o **BRB**, independentemente da aplicação das cominações nele previstas;
- irregularidade de situação do **TOMADOR** perante o FGTS e INSS;
- qualquer ato, processo ou circunstância que possa reduzir a livre administração do **TOMADOR** ou a capacidade de disposição de seus bens;
- inadimplemento, por parte do **TOMADOR**, de qualquer obrigação assumida com o **BRB**;
- atraso, falta de comprovação dos pagamentos efetuados com os recursos obtidos do **BRB**, ou do aceite da comprovação pelo **BRB**;
- alteração de qualquer das disposições das normas legais e infra-legais federais, distritais, municipais ou estaduais, que possam surtir efeitos neste **CONTRATO**, que contrarie, direta ou indiretamente, o ajustado neste **CONTRATO** e nos demais a ele vinculados;
- ocorrência de fato superveniente que venha a afetar o **BRB** e/ou afete a garantia prestada em favor do **BRB**;
- descumprimento das exigências constantes deste **CONTRATO**;
- descumprimento da comprovação das parcelas liberadas, sem que haja acordo de alteração da sistemática de comprovação acordado entre as partes;
- descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente instrumento de acordo com os **PROJETOS / AÇÕES**;
- realização de declaração falsa ou incorreta pelo **TOMADOR**, no âmbito deste **CONTRATO**, ou ainda qualquer exposição de fatos ou declaração incorreta em qualquer aspecto relevante fornecida pelo **TOMADOR** ao **BRB** para a concessão deste **FINANCIAMENTO**;
- conhecimento pelo **BRB**, a qualquer tempo, de que as atividades do **TOMADOR** geram danos ao meio ambiente, utilizam mão de obra em situação análoga à condição de trabalho escravo, conforme previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 DE 11/05/2016, trabalho infantil de forma não regulamentada, exploração da prostituição ou exerçam atividades ilegais, constando ou não no Cadastro de Empregadores;
- demais situações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação correlata;
- em decorrência de decisão ou determinação judicial ou de órgão de controle externo ou interno, podendo ser glosados os valores que correspondam à

Página 15 de 33



irregularidades apontadas, sem prejuízo a outras medidas a serem tomadas.

18.2 Caso a suspensão dos desembolsos para as situações descritas acima não seja medida suficiente para assegurar o regular cumprimento das obrigações assumidas, poderá ser declarado o vencimento antecipado da dívida.

CLÁUSULA DEZENOVE – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

19.1 Constituem motivos de vencimento antecipado da dívida, a critério do **BRB**:

- ineficácia da suspensão dos desembolsos para os motivos que lhe originaram;
- inexistência ou falsidade das declarações prestadas, relacionadas com o presente **CONTRATO**;
- inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas neste **CONTRATO**;
- ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete a garantia constituída em favor do **BRB**;
- a cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas neste **CONTRATO** sem prévia e expressa autorização do **BRB**;
- modificação ou inobservância dos **PROJETOS / AÇÕES** e demais documentos aceitos e integrantes do respectivo processo de contratação desta operação de crédito, sem prévio e expresso consentimento do **BRB**;
- conhecimento pelo **BRB**, a qualquer tempo, de que as atividades do **TOMADOR** geram danos ao meio ambiente, utilizam mão de obra em situação análoga à condição de trabalho escravo, conforme previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 DE 11/05/2016, trabalho infantil de forma não regulamentada, exploração da prostituição ou exerçam atividades ilegais, constando ou não no Cadastro de Empregadores;
- descumprimento de qualquer obrigação do **TOMADOR** prevista no presente instrumento;
- se ocorrer a incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações da espécie, ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos vigentes;
- eventos que possam causar prejuízo à imagem do **BRB** no contexto da sociedade e do Sistema Financeiro Nacional;
- se, por ocasião de reavaliação da capacidade de pagamento do **TOMADOR**, seja constatada a perda da capacidade de pagamento e, consequentemente, o declínio do seu conceito de risco de crédito, não alcançando o conceito mínimo exigido pelo **BRB**, após o primeiro desembolso.

19.2 Na ocorrência de aplicação de recursos em finalidade diversa da prevista na **CLÁUSULA SEGUNDA (DA DESTINAÇÃO DO CRÉDITO)**, devidamente enquadrada pelo **BRB**, e/ou não comprovação da aplicação dos recursos depois de transcorridos todos os prazos previstos neste **CONTRATO** com o respectivo aceite do **BRB**, além de adotar as medidas previstas nesta Cláusula e neste **CONTRATO**, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº. 7.492 de 16 de junho de 1986.

19.3 Nos casos de vencimento antecipado, tornam-se exigíveis, desde logo, o principal, juros e demais obrigações contratualmente ajustadas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, além dos previstos nos Artigos 333 e 1.425 do

Página 16 de 33



Código Civil, devendo o BRB, depois de constatada a irregularidade, notificar o TOMADOR, concedendo-lhe o prazo de até 60 (sessenta) dias, também a critério do BRB, contados do recebimento da notificação, para sanar qualquer dos casos acima elencados.

19.4 O TOMADOR obriga-se a dar conhecimento e/ou esclarecimento expresso e imediato ao BRB da ocorrência, iminência ou veiculação de notícia a respeito de qualquer situação relacionada nos incisos das **Cláusulas Dezoito (DA SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS)** e **Dezenove (DO VENCIMENTO ANTECIPADO)**, sob pena de incorrer na hipótese do Inciso II, do Item 19.1, desta cláusula.

CLÁUSULA VINTE – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

20.1 O presente CONTRATO pode ser extinto, via rescisão contratual, pelo descumprimento das obrigações pactuadas, nos seguintes casos:

- I. não sendo cumprida(s) a(s) condição(ões) de eficácia, incidir alguma condição resolutiva ou impedimento para desembolso, conforme **Cláusula Dezesete (DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS)**;
- II. se, por ocasião de reavaliação da capacidade de pagamento do TOMADOR, seja constatada a perda da capacidade de pagamento e, consequentemente, o declínio do seu conceito de risco de crédito, não alcançando o conceito mínimo exigido pelo BRB, antes da primeira liberação de desembolso;
- III. se verificada qualquer uma das hipóteses relacionadas nas **Cláusulas Dezoito (DA SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS)** e **Dezenove (DO VENCIMENTO ANTECIPADO)**;
- IV. se ocorrerem divergências entre o pedido de financiamento apresentado e / ou as premissas e parâmetros dos **PROJETOS / AÇÕES** analisados e, consequentemente, alterando as análises econômico-financeiras e jurídica que subsidiaram a presente contratação;
- V. se ocorrerem eventos graves que, de comum acordo entre TOMADOR e BRB, tornem impossíveis, ou desaconselháveis, o cumprimento das obrigações assumidas neste CONTRATO.

20.2 O presente CONTRATO poderá ser extinto, ainda, via rescisão, por acordo mútuo entre o BRB e o TOMADOR.

20.3 Tanto no caso de rescisão quanto no caso de rescisão, a extinção do pacto se operará mediante comunicação escrita e, caso tenham ocorrido despesas operacionais após a contratação deste FINANCIAMENTO, objetivando sua eficácia, ou outras que porventura sejam pertinentes, o TOMADOR deve ressarcir ao BRB tais despesas, de 1% (um por cento) do VALOR DO FINANCIAMENTO.

20.4 O valor apurado será cobrado mediante a emissão de AVISO DE COBRANÇA ao TOMADOR.

CLÁUSULA VINTE E UM – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

Página 17 de 33

21.1 O TOMADOR, a partir da assinatura do presente instrumento, autoriza ao BRB negociar, a qualquer momento, durante a vigência deste CONTRATO, o montante do crédito ora concedido, em parte ou no todo, junto às outras instituições financeiras, desde que mantidas as condições contratuais e mediante prévia ciência do TOMADOR.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DAS DECLARAÇÕES DO TOMADOR

22.1 O TOMADOR declara:

- I. responsabilizar-se pela execução e conclusão dos **PROJETOS / AÇÕES** para os quais foram destinados recursos do objeto / objetivo ou finalidade deste CONTRATO.
- II. conhecer e estar de acordo com a condição estabelecida na **Cláusula Catorze (DA RESPONSABILIDADE POR EVENTUAIS TRIBUTOS OU ENCARGOS)** e declara, ainda, reconhecer que nenhuma responsabilidade é imputada ao BRB em relação às despesas incorridas por ele, TOMADOR, no período de vigência da condição resolutiva, caso seja realizada ou autorizada alguma despesa relativo aos **PROJETOS / AÇÕES**;
- III. que todas as aprovações e medidas necessárias para celebrar o presente CONTRATO foram tomadas, obtidas e estão válidas e eficazes;
- IV. que a celebração do presente CONTRATO não infringe ou viola qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que o TOMADOR seja parte;
- V. cumprir a legislação relativa à Reserva Legal, Reserva Indígena, Área de Preservação Permanente, Área de Preservação Ambiental, Zoneamento Urbano, Zoneamento Ecológico Econômico e Zoneamento Agroecológico e a legislação sobre o patrimônio cultural brasileiro, assim compreendido o patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, geológico e paleontológico;
- VI. que a execução dos investimentos dos **PROJETOS / AÇÕES** não implicam violação à Legislação Ambiental em vigor;
- VII. que a área dos **PROJETOS / AÇÕES** não é área embargada, área contaminada e/ou área degradada;
- VIII. não haver Termo de Ajustamento de Conduta relativos aos **PROJETOS / AÇÕES** ou que, acaso existente, que se obrigará a todos os termos e condições acordados com o Ministério Público.

22.2 As declarações prestadas pelo TOMADOR subsistirão até o final e total cumprimento das obrigações decorrentes deste CONTRATO, ficando todos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, responsáveis por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao BRB oriundos da não veracidade ou da inexistência de todas as declarações aqui prestadas.

22.3 O TOMADOR declara ainda, estar ciente de que os dados e informações referentes ao presente CONTRATO serão registrados no Sistema de Informações de Créditos - SCR, atendendo à determinação do BACEN.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

Página 18 de 33

23.1 O TOMADOR obriga-se a respeitar a legislação ambiental e informar ao BRB sobre a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado aos **PROJETOS / AÇÕES** que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma ambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental.

23.2 O TOMADOR deverá ressarcir ao BRB qualquer quantia a que o BRB venha a ser compelida a pagar por conta do dano ambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado aos **PROJETOS / AÇÕES**, assim como deverá indenizar o BRB por qualquer perda ou dano que esta venha a experimentar em razão do dano ambiental.

23.3 O TOMADOR obriga-se a comunicar imediatamente ao BRB qualquer evento que cause grave lesão ao meio ambiente ou violação às leis e práticas de proteção ambiental durante a execução dos **PROJETOS / AÇÕES** apoiados com os recursos deste CONTRATO, com a indicação das ações reparadoras das ocorrências e as atitudes de reversão adotadas para a respectiva solução.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DAS AUTORIZAÇÕES DO TOMADOR

24.1 O TOMADOR expressamente autoriza o BRB, durante a vigência deste CONTRATO, a solicitar e receber informações acerca da existência ou não de registros no CADIN a seu respeito, bem como a acessar a Central de Risco do Banco Central do Brasil para obter dados sobre o seu endividamento junto ao Sistema Financeiro Nacional, nos termos do inciso I do Art. 8º da Resolução CMN nº 3.658, de 17 de dezembro de 2008.

24.2 O TOMADOR declara ter ciência de que o BRB, bem como as demais instituições financeiras, por força de determinação do Conselho Monetário Nacional, com base nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, está obrigada a prestar informações ao BACEN sobre a situação contábil deste e de todos os créditos de sua responsabilidade, sendo essas informações consolidadas no sistema Central de Risco de Crédito, na forma da Resolução CMN nº 3.658, de 17 de dezembro de 2008, cujo propósito é permitir ao BACEN a supervisão indireta da solvência das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

24.3 O TOMADOR autoriza o BRB, de forma irrevogável e irretroatável, a prestar informações sobre o presente CONTRATO aos órgãos de fiscalização e / ou de controle externo e / ou judicial, quando legalmente a isso obrigada, ou em razão de ordem judicial.

24.4 O TOMADOR autoriza o BRB a remeter informação ao Sistema de Informações de Créditos (SCR) do BACEN, nos termos definidos na Resolução nº 4.571, de 26 de maio de 2017.

24.5 As autorizações acima mencionadas serão automaticamente estendidas a qualquer outra entidade que, no curso deste CONTRATO, venha a substituir, em sua competência e função, os órgãos regulatórios / fiscalizadores acima mencionados.

Página 19 de 33

CLÁUSULA VINTE E CINCO – DA CONDIÇÃO DE FIEL DEPOSITÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO

25.1 O TOMADOR assume o encargo de guardar, conservar e entregar em perfeito estado os livros e / ou documentos fiscais, notas fiscais, faturas, duplicatas ou outros documentos relativos às operações de compra referentes à aplicação dos recursos objeto deste CONTRATO, bem como os documentos fiscais referentes aos serviços realizados relativamente ao **PROJETOS / AÇÕES**, possuindo-os em nome do BRB.

25.2 Desde já, o TOMADOR obriga-se a guardar, conservar e entregar de imediato e em perfeito estado tal documentação ao BRB, quando por esta solicitado, sob as penas civis e criminais previstas na legislação em vigor.

25.3 O TOMADOR assume o encargo previsto nesta Cláusula, em nome do BRB, de forma não onerosa durante toda a vigência deste CONTRATO.

CLÁUSULA VINTE E SEIS – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

26.1 Qualquer tolerância, por parte do BRB, pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste CONTRATO, é considerada como ato de liberalidade, não se constituindo em novação ou procedimento invocável pelo TOMADOR.

26.2 Se qualquer item ou cláusula deste CONTRATO vier a ser considerado ilegal, inexecutável ou, por qualquer motivo, ineficaz, todos os demais itens e cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes.

26.3 As partes desde já, se comprometem a, no menor prazo possível, negociar item ou cláusula que, conforme o caso, venha a substituir o item ou a cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz. Nessa negociação, deverá ser considerado o objetivo das PARTES na data de assinatura deste CONTRATO, bem como o contexto no qual o item ou a cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz foi inserido(a).

CLÁUSULA VINTE E SETE – DA CERTEZA E LIQUIDEZ DA DÍVIDA

27.1 Ficam expressamente asseguradas, a qualquer tempo, a certeza e a liquidez da dívida do TOMADOR, que reconhecerá como prova, para determinação da dívida resultante deste CONTRATO, os lançamentos que o BRB realizar, por sua vez, os recibos ou comunicações que expedir sobre as quantias creditadas na respectiva CONTA VINCULADA, indicada na **Cláusula Onze (DA FORMA DE UTILIZAÇÃO)**.

CLÁUSULA VINTE E OITO – DA PRESERVAÇÃO DE DIREITOS

28.1 Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do BRB, de quaisquer direitos que lhe assista por força deste CONTRATO ou a concordância com atrasos no cumprimento ou inadimplemento de obrigações do TOMADOR, não afetarão aqueles direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a

Página 20 de 33

qualquer tempo e não alterarão, de nenhum modo, as condições estipuladas neste instrumento, nem obrigarão o BRB relativamente a vencimentos ou inadimplimentos futuros.

CLÁUSULA VINTE E NOVE – DA IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO

29.1 As quantias recebidas para crédito do TOMADOR serão imputadas ao pagamento das verbas a seguir discriminadas, obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo.

CLÁUSULA TRINTA – MARKET FLEX

30.1 O BRB e o TOMADOR, de comum acordo, reservam-se o direito de, a qualquer momento, requererem modificação de quaisquer termos deste CONTRATO nas seguintes, mas não limitadas, situações:

- I. Ocorrência de mudança material ou substancial nas condições de mercado;
- II. Ocorrência de alteração material adversa nas operações, no negócio ou nas condições financeiras do TOMADOR;

CLÁUSULA TRINTA E UM – DA COMPROVAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

31.1 A sistemática a ser adotada para efeitos de comprovação da aplicação do FINANCIAMENTO obedecerá, no mínimo, ao que segue:

- I. A obrigação pela comprovação da aplicação correta dos recursos cabe ao TOMADOR, cabendo ao BRB promover a aceitação, ou não, após análise da documentação apresentada para tal;
- II. O TOMADOR deverá apresentar notas fiscais com a respectiva quitação financeira (tais como: TED, DOC, ordem de pagamento, depósito em conta corrente, boleto bancário quitado e recibos), além das Notas de Empenho e liquidação; sejam dos recursos obtidos com este CONTRATO, sejam com outras fontes de financiamento, recursos próprios, entre outros;
- III. No caso de liberação com sistemática *pari passu* à realização da despesa, o TOMADOR deve apresentar listagem contendo as despesas a serem pagas com os respectivos dados bancários das contas destino juntamente com as notas fiscais/boletim de faturamento, observadas as rubricas orçamentárias enquadadas;
- IV. No acolhimento de comprovantes referentes à aquisição de veículos, máquinas e implementos, a nota fiscal deverá ser apresentada juntamente com os Certificados de Registros de Veículos;
- V. No caso de bens fabricados sob encomenda, a comprovação da aplicação do crédito deverá ser comprovada por meio de cópia autenticada de contrato de compra e venda para entrega futura, firmado entre o fabricante, com aceite do TOMADOR, contendo a descrição dos serviços a serem realizados, os valores e as datas de conclusão previstas para cada etapa, acompanhado dos recibos de pagamento ou adiantamentos porventura efetuados, ou nota fiscal de venda

Página 21 de 33



futura, além da comprovação do cumprimento dos ditames da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações);

- VI. No caso de apresentação de recibos, e quando o vendedor ou prestador de serviços esteja legalmente desobrigado da emissão de nota fiscal, do recibo deverá constar: o registro do CPF, do documento de identidade (ou do CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica), com a identificação do representante legal do CNPJ, devidamente assinado;
- VII. Quando se tratar de obras de engenharia civil, o BRB poderá realizar vistorias; nestes casos, o TOMADOR deverá disponibilizar para o BRB, assim que disponível, e no mínimo com 30 dias de antecedência da vistoria, os projetos descritivos de engenharia, as especificações, os orçamentos, os cronogramas de andamento físico e físico-financeiro das obras e os contratos de empreitadas; bem como, o roteiro de acesso com croqui de localização do empreendimento; tais documentos apresentados serão utilizados nas demais vistorias, se for o caso. Nestes casos, o TOMADOR, em sendo possível, deverá identificar em qual trecho das obras foram aplicados os recursos obtidos com o FINANCIAMENTO deste CONTRATO;
- VIII. O TOMADOR deverá apresentar, também, licenças ambientais prévias, de instalação ou operação, na forma da legislação ambiental aplicável, conforme a respectiva etapa do projeto/ações, expedidas pelo órgão ambiental competente, em nome do TOMADOR ou entidade diretamente responsável pela execução dos PROJETOS / AÇÕES;
- IX. A fim de manter a transparência na utilização dos recursos, o TOMADOR se compromete a efetuar o pagamento aos fornecedores, com utilização dos recursos obtidos deste CONTRATO, por meio dos recursos liberados na CONTA VINCULADA.

31.1.1 O BRB poderá exigir outros documentos que venham a ser exigíveis pelas políticas e/ou normas internas do BRB ou legislação que lhe é aplicável.

31.2 O TOMADOR obriga-se a guardar as notas fiscais, faturas, recibos, notas de empenho, notas de liquidação e outros documentos decorrentes das operações de venda e prestação de serviços realizados com os recursos deste CONTRATO e entregar cópias autenticadas, por agente público do próprio TOMADOR ao BRB no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, quando por este solicitado. Isto porque tais documentos comprovarão as despesas públicas (de capital) realizadas, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964. Não sendo cumprido tal prazo, O BRB poderá considerar o contrato vencido, na forma da Cláusula Dezenove (DO VENCIMENTO ANTECIPADO).

31.3 Nenhum documento de comprovação de aplicação de recursos será aceito contendo rasuras, rasuras, acertos e/ou condições restritivas, e tais documentos ficarão sujeitos à análise e aceitação pelo BRB.

31.4 O TOMADOR assume o compromisso de manter arquivado, durante o prazo de validade deste CONTRATO, toda e qualquer documentação utilizada para comprovação de aplicação dos recursos.

Página 22 de 33



31.5 O TOMADOR se compromete a apresentar comprovantes de que o pagamento a fornecedor estrangeiro, no caso de sua ocorrência, se deu mediante a comprovação da entrega dos bens adquiridos no exterior, conforme previsto no contrato de compra e venda e de acordo com as especificações constantes do projeto financiado, observadas as disposições legais pertinentes a tais transações, inclusive quanto ao cumprimento da legislação licitatória pertinente.

CLÁUSULA TRINTA E DOIS – LIVRE ACESSO E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

32.1 O TOMADOR assume o compromisso de permitir, além de facilitar, ao BRB e seus representantes devidamente identificados e indicados por ela, ampla verificação da aplicação dos recursos deste CONTRATO e do desenvolvimento das atividades por meio deste CONTRATO financiadas, franqueando a seus representantes e prepostos, quando for o caso, livre acesso às dependências do TOMADOR e às obras de engenharia civil, bem como, aos comprovantes de pagamentos de fornecedores, documentos comprobatórios do regular processo licitatório envolvido, pagamento de impostos, registros contábeis, jurídicos e qualquer outra informação solicitada e atinente aos recursos deste CONTRATO, sob pena de vencimento antecipado deste contrato e imediata exigibilidade da dívida.

32.2 O BRB poderá, sempre que julgar necessário, exigir a apresentação de comprovação de tomada de preços ou de concorrências, de homologação de resultados, bem como a apresentação de contratos com empreiteiros e outros fornecedores, consultores e auditores externos que tenham sido pagos ou que serão pagos com os recursos oriundos deste CONTRATO.

32.3 O TOMADOR compromete-se a apresentar ao BRB, sempre que por esta solicitado, a documentação referente ao processo de regularização das áreas de intervenção promovidas com os recursos deste CONTRATO, revestidas das formalidades legais, de acordo com cada situação.

32.4 O TOMADOR e o BRB poderão, de comum acordo, visitar a sistemática constante desta Cláusula, estabelecendo novas condições ou as alterando, desde que de acordo com os meios previstos na legislação nacional e verificadas as exigências da legislação local.

CLÁUSULA TRINTA E TRÊS – RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

33.1 O TOMADOR compromete-se a cumprir a legislação ambiental e a legislação trabalhista, cabendo vencimento antecipado da operação em caso de descumprimento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA TRINTA E QUATRO – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

34.1 O TOMADOR obriga-se a atender às intimações que lhe venham a ser feitas pelo BRB, no interesse da segurança e realização do crédito ora aberto, na forma e no prazo

Página 23 de 33



que delas constarem, as quais se tornarão efetivas pela aposição do "ciente" do TOMADOR, representado por agente público ou carimbo/recibo do seu protocolo oficial, ou em virtude de aviso por via postal.

34.2 Fica facultado ao BRB mencionar, em qualquer divulgação que fizer sobre suas atividades, a colaboração financeira concedida por meio deste CONTRATO.

34.3 O TOMADOR assume o compromisso de mencionar expressamente a cooperação do BRB, como entidade financiadora dos PROJETOS / AÇÕES objetos deste CONTRATO.

CLÁUSULA TRINTA E CINCO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

35.1 As obrigações assumidas neste CONTRATO poderão ser objeto de execução específica por iniciativa do BRB, nos termos do disposto do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente CONTRATO.

35.2 Nenhuma ação ou omissão, tanto do TOMADOR quanto do BRB importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente CONTRATO. Os direitos e recursos previstos neste CONTRATO são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.

35.3 O TOMADOR não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, quaisquer de seus direitos e obrigações previstos no presente CONTRATO sem o prévio consentimento do BRB.

35.4 Os PROJETOS / AÇÕES descritos neste CONTRATO serão executados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, que será responsável pela coordenação geral de suas atividades.

35.5 Toda e qualquer notificação ou comunicação trocada entre o TOMADOR e o BRB relativamente ao presente CONTRATO, deverá ser feita por escrito e entregue via correio o portador, para o endereço indicado a seguir: BANCO DE BRASÍLIA S.A., situado no ST SAUN Quadra 5 Lote C, 8º andar, Asa Norte, Brasília - DF - CEP: 70.297-400, Telefone: (61) 3409-2703 / 3409-2705. Excepcionalmente, a critério do BRB, poderá ser admitida comunicação eletrônica, observado o dispositivo 34.6.

35.6 Em caso de comunicações eletrônicas, poderão ser aceitos documentos digitais, desde que contenham assinatura digital juridicamente válida, ou seja: com comprovada autenticidade, integridade e tempestividade e desde que estejam em conformidade com a Medida Provisória (MP) nº 2.200-2/2001 (ou outra norma que a substituir) e com as regras gerais dos negócios jurídicos.

35.7 Qualquer alteração no endereço acima deverá ser comunicada ao BRB, por

Página 24 de 33



escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência.
CLÁUSULA TRINTA E SEIS – DA FISCALIZAÇÃO

36.1 O TOMADOR declara que está expressamente ciente e autoriza o BRB, de forma irrevogável e irretirável, a prestar informações no âmbito do presente CONTRATO, ciente de que o BRB poderá encaminhá-las aos órgãos de fiscalização.

36.2 O TOMADOR está ciente que o Banco Central do Brasil – BACEN, a Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI da Controladoria-Geral da União - CGU, os Tribunais de Contas da União – TCU, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN e o Ministério Público Federal - MPF, por meio de seus representantes indicados, podem, nos termos e limites da lei, ter livre acesso às informações relativas ao presente FINANCIAMENTO com a finalidade de efetuar, quando necessário, inspeções técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, inclusive, a critérios daquelas instituições, à sua contabilidade e arquivos.

CLÁUSULA TRINTA E SETE – VALIDADE

37.1 A validade do presente CONTRATO está condicionada à existência de margem no limite para contratação da operação de financiamento estabelecido nos termos da Resolução BACEN 4.589/17 e seus aditamentos e alterações, que será verificado pelo BRB em até 05 dias úteis após a assinatura desse instrumento contratual, quando inicia-se também a vigência e todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA TRINTA E OITO – DA PUBLICAÇÃO

38.1 O TOMADOR obriga-se a providenciar a publicação deste CONTRATO ou de extrato, no Diário Oficial do Município, às suas expensas; até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para fins de validade e eficácia do instrumento.

CLÁUSULA TRINTA E NOVE – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

39.1. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito, além dos documentos entregues ao BRB, os seguintes modelos:

- I. ANEXO I – Detalhamento PROJETOS / AÇÕES;
- II. ANEXO II – Cronograma de Desembolso;
- III. ANEXO III – Modelo para Solicitação de Desembolso;
- IV. ANEXO IV – Fórmulas das taxas de juros contratuais;

CLÁUSULA QUARENTA – DA CLÁUSULA DE VALIDADE E EFICÁCIA DO CONTRATO

40.1 A validade e a eficácia do presente Contrato ficam condicionadas ao cumprimento dos requisitos relacionados abaixo:

- I. Conformidade com o Ofício Circular SEI nº 4036/2021/ME, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento – Ministério da Economia;
- II. Disponibilidade na data da contratação de limite em cumprimento Resolução CMN nº 4.589/17, que define o limite de exposição e limite global anual de crédito aos órgãos e entidades do Setor Público, a serem observados pelas instituições financeiras;
- III. Conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais/distritais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, e em conformidade com as normas técnicas devidas.

CLÁUSULA QUARENTA E UM – DO FORO

41.1 As PARTES aceitam este instrumento tal como está redigido e se obrigam, por si e sucessores, ao fiel e exato cumprimento do que ora ficou ajustado, estabelecendo-se como foro, com privilégio sobre qualquer outro, para conhecimento e solução de toda e qualquer questão decorrente da sua interpretação ou execução, o da Circunscrição Especial de Brasília, podendo o BANCO, a seu exclusivo critério, optar pelo foro da comarca de emissão deste título.

E, por estarem assim acordes, firmam com as testemunhas abaixo o presente instrumento em 03 (três) vias originais de igual teor e para um só efeito.

Brasília - DF, 28 de Outubro de 2021

MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB
TOMADOR
CNPJ: 08.778.326/0001-56
Cicero de Lucena Filho
CPF: 142.488.324-53

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
CNPJ: 00.000.208/0001-00
Wagner dos Santos Maier
CPF: 907.084.821-04

Página 26 de 33

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SAC-BRB: 0800 648 6161
SAC-BRB-PNE: 0800 648 6162
Ouvidoria-BRB: 0800 642 1105

Página 27 de 33

ANEXO – I

DETALHAMENTO DOS PROJETOS / AÇÕES

Este Orçamento de Aplicação é parte integrante do Contrato nº 002321/2021, desta data, cujo crédito será aplicado conforme abaixo especificado:

CÓDIGO DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROJETOS/AÇÕES	VALOR (em R\$)
11000.11107.15.451.5099.111003 SISTEMA VIÁRIO	Item 1: Serviços Preliminares	R\$ 567.118,67 25%
	Item 2: Terraplenagem (corte; aterro; abertura de caixa; preparação de base e sub-base)	R\$ 983.993,23 25%
	Item 3: Pavimentação	R\$ 17.255.021,09 25%
	Item 4: Drenagem de águas pluviais	R\$ 4.359.195,78 25%
	Item 5: Passarelas com acessibilidade	R\$ 1.419.912,80 25%
	Item 6: Sinalização viária	R\$ 107.173,04 25%
	Item 7: Mobilização, Desmobilização e Administração Local	R\$ 247.585,39 25%
	Valor Total (R\$)	R\$ 25.000.000,00 25%
11000.11107.15.451.5099.111003 SISTEMA VIÁRIO	Item 1: Serviços Preliminares	R\$ 567.118,67 25%
	Item 2: Terraplenagem (corte; aterro; abertura de caixa; preparação de base e sub-base)	R\$ 983.993,23 25%
	Item 3: Pavimentação	R\$ 17.255.021,09 25%
	Item 4: Drenagem de águas pluviais	R\$ 4.359.195,78 25%
	Item 5: Passarelas com acessibilidade	R\$ 1.419.912,80 25%
	Item 6: Sinalização viária	R\$ 107.173,04 25%
	Item 7: Mobilização, Desmobilização e Administração Local	R\$ 247.585,39 25%
	Valor Total (R\$)	R\$ 25.000.000,00 25%
11000.11107.15.451.5099.111003 SISTEMA VIÁRIO	Item 1: Serviços Preliminares	R\$ 567.118,68 25%
	Item 2: Terraplenagem (corte; aterro; abertura de caixa; preparação de base e sub-base)	R\$ 983.993,22 25%
	Item 3: Pavimentação	R\$ 17.255.021,09 25%
	Item 4: Drenagem de águas pluviais	R\$ 4.359.195,78 25%
	Item 5: Passarelas com acessibilidade	R\$ 1.419.912,80 25%
	Item 6: Sinalização viária	R\$ 107.173,04 25%
	Item 7: Mobilização, Desmobilização e Administração Local	R\$ 247.585,39 25%
	Valor Total (R\$)	R\$ 25.000.000,00 25%
	TOTAL	R\$ 100.000.000,00

Página 28 de 33

ANEXO II**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

() Cronograma inicial	() Reprogramação	UF
Contrato nº 002321/2021	Município de João Pessoa	PB

Linha de Financiamento - BRB	TOMADOR
BRB DESENVOLVIMENTO - GOVERNO	Município de João Pessoa - PB

Valores em R\$ 1,00

Mês	Ano	Valor em R\$
10 a 12	2021	25.000.000,00
01 a 12	2022	50.000.000,00
01 a 12	2023	25.000.000,00

Total por Exercício

Ano	Valor em R\$
2021	25.000.000,00
2022	50.000.000,00
2023	25.000.000,00

Brasília - DF, 31 de Outubro de 2021

MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB

TOMADOR

CNPJ: 08.778.326/0001-56
Cicero de Lucena Filho
CPF: 142.488.324-53

Página 29 de 33

ANEXO III**MODELO PARA SOLICITAÇÃO DE DESEMBOLSOS**

João Pessoa - PB, ____ de ____ de 202__.

Ao
BANCO DE BRASÍLIA S.A.
SUPAT/GEAC
Centro Empresarial CNC - ST SAUN Quadra 5 Lote C, Asa Norte - Brasília - DF
CEP: 70.040-250

Ref.: Contrato de Financiamento à Administração Pública e Empresas - BRB Desenvolvimento Governo - Apoio Financeiro para o Despesas de Capital - Contrato nº ____.

Nos termos do que foi pactuado no Contrato em referência, solicitamos a liberação de recursos, em favor do Município de João Pessoa - PB, no valor de R\$ ____.

O **TOMADOR**, nos termos do **CONTRATO** e dos respectivos Documentos de Garantia, concorda com o valor ora solicitado, ficando ratificadas todas as garantias prestadas.

Atesto, para todos os efeitos da presente:

(i) estar em dia com todas as obrigações decorrentes do **CONTRATO**;
(ii) ter atendido a todas as condições previstas no **CONTRATO**, para realização do presente desembolso;

Também para efeitos do presente desembolso, apresentamos, anexos, os seguintes documentos:

(i) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Reitero mais vez nossa concordância com todas as cláusulas e condições do **CONTRATO** e inclusive, sem limitação, com as condições financeiras aplicáveis ao presente desembolso.Os termos e expressões aqui utilizados em maiúscula ou com iniciais em maiúscula e não definidos neste instrumento terão o significado a eles atribuído no **CONTRATO**.

Atenciosamente,

MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB

TOMADOR

CNPJ: 08.778.326/0001-56
Cicero de Lucena Filho
CPF: 142.488.324-53

Página 30 de 33

ANEXO IV**FÓRMULAS DAS TAXAS DE JUROS CONTRATUAIS**

1. Sobre o valor contratado incidirão encargos financeiros correspondentes ao da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, nos seguintes termos:

1.1. PERCENTUAL DO CDI:

1.1.1. Quando for utilizado um percentual do CDI (% DO CDI), a prestação do financiamento será calculada conforme segue:

$$J_{DIA} = SD \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{CDI_{DIA}}{100} \right)^{1/252} - 1 \right] \times \frac{P}{100} \right\}$$

$$J_{PERÍODO} = \sum_{i=1}^{DU_n} J_{DIA}$$

Onde:

 J_{DIA} = juros por dia. $J_{PERÍODO}$ = juros do período.

SD = saldo devedor para a data de início do período.

 DU_n = período em dias úteis compreendido entre o dia útil anterior ao Dia Eleito anterior (inclusive) ou Dia do Evento (inclusive) e o dia útil anterior (inclusive) ao Dia Eleito do Vencimento.

P = percentual da taxa DI.

 CDI_{DIA} = CDI diário anualizado divulgado pela CETIP.**1.2. CDI + TAXA DE JUROS**

1.2.1 Quando for utilizado CDI acrescido de Taxa de Juros (CDI + TAXA DE JUROS), a prestação do financiamento será calculada conforme segue:

$$J_{DIA} = SD \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{tx}{100} \right)^{1/252} - 1 \right] + \left[\left(1 + \frac{CDI}{100} \right)^{1/252} - 1 \right] \times \frac{P}{100} \right\}$$

$$J_{PERÍODO} = \sum_{i=1}^{DU_n} J_{DIA}$$

Onde:

 J_{DIA} = juros do dia. $J_{PERÍODO}$ = juros do período.

SD = saldo devedor para a data de início do período.

 DU_n = período em dias úteis compreendido entre o dia útil anterior ao Dia Eleito anterior (inclusive) ou Dia do Evento (inclusive) e o dia útil anterior (inclusive) ao Dia Eleito do Vencimento.

P = percentual da taxa DI, se houver.

 CDI_{DIA} = CDI diário anualizado divulgado pela CETIP.

Tx = taxa de juros do contrato.

1.3 Os juros na fase de carência serão cobrados mensalmente.**1.4 As prestações mensais e sucessivas são compostas por cobrança de juros acrescidas de amortização e calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante - SAC.****1.5 Os referidos encargos financeiros são calculados e capitalizados por dias úteis, sendo incorporados ao saldo devedor e serão cobrados juntamente com a prestação.****1.6 Nos casos de pagamento, amortização extraordinária ou liquidação antecipada em épocas diferentes da data de aniversário do presente CONTRATO, será feita a aplicação "pro - rata" dia útil.****1.6.1 Consideram-se, para esse fim, como dias não úteis, sábados, domingos, feriados bancários nacionais e o dia 31 de dezembro.****1.7 O índice de CDI CETIP utilizado no cálculo dos encargos é o índice acumulado diariamente para o período de apuração, sendo que se o índice não estiver atualizado**

Página 31 de 33

Página 32 de 33

para algum dos dias do período, é utilizado o último índice divulgado.

1.8 O índice de CDI CETIP é divulgado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, por meio do endereço eletrônico <http://www.cetip.com.br>.

1.9 Na hipótese de extinção, suspensão, falta de divulgação por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa CDI, fica, desde já, convencionado que o BRB e o TOMADOR poderão, mediante mútuo e prévio acordo por escrito, adotar para as mesmas finalidades, índices ou taxas que vierem a ser divulgados e determinados pelas autoridades competentes, ou, na falta de sua divulgação, os índices, taxas ou bases de remuneração substitutas e que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias.

Brasília - DF, 24 de Outubro de 2021



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB
TOMADOR
CNPJ: 08.778.326/0001-56
Cícero de Lucena Filho
CPF: 142.488.324-53

Página 33 de 33

EXTRATO

EXTRATO Nº.455/2021
PROCESSO Nº 22.985/2021
CHAVE CGM: GS0Y-FMKJ-UXDF-8SBK

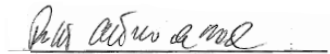
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PERTENCENTES AO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA (CBAF I)**, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10.039/2021, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.303.5018.462042 – AF – FARMÁCIA BÁSICA – MANTER E IMPLEMENTAR A ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANSF. REC. ESTADO PROG. SAÚDE

-ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.745/2021	ONMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI-EPP	R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)	26 de outubro de 2021


FABIANO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO Nº.460/2021
PROCESSO Nº 22.983/2021
CHAVE CGM: GS0Y-FMKJ-UXDF-8SBK

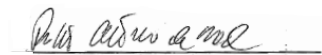
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PERTENCENTES AO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA (CBAF I)**, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10.039/2021, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.303.5018.462042 – AF – FARMÁCIA BÁSICA – MANTER E IMPLEMENTAR A ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANSF. REC. ESTADO PROG. SAÚDE

-ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.750/2021	ELFA MEDICAMENTOS S.A	R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)	26 de outubro de 2021


FABIANO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO Nº.467/2021
PROCESSO Nº 22.991/2021
CHAVE CGM: GS0Y-FMKJ-UXDF-8SBK

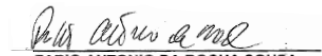
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PERTENCENTES AO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA (CBAF I)**, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10.039/2021, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5005.464498 – MAC – REDE HOSPITALAR – MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS

-ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.757/2021	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÉUTICAS LTDA	R\$ 85.925,00 (oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais)	27 de outubro de 2021


FABIANO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO Nº.471/2021
PROCESSO Nº. 23.233/2021
CHAVE CGM: C9KG-P5T1-X95S-5JV0

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES ANTISÉPTICAS E MATERIAL PARA ESTERILIZAÇÃO – CME**, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10.004/2021, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5005.464499 – MAC – AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (CONTEMPLANDO O SAD);

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANSF. REC. ESTADO PROD. SAÚDE

-13.301.10.302.5005.464498 – MAC – REDE HOSPITALAR – MANTER E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS

-13.301.10.301.5005.464497 – AB – PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE – MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA EM JOÃO PESSOA;

- FONTE DE RECURSOS -1211-ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS -1214 – SUS

- 13.301.10.302.5005.464278 - MAC – SAMU- MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO SERVIÇO MÓVEL DE ATENDIMENTO ÀS URGÊNCIAS – SAMU METROPOLITANO JOÃO PESSOA;

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS;
- FONTE DE RECURSOS: 1213 – TRANF.REC. ESTADO PROD.SAÚDE

-13.301.10.305.5033.464500– VS – VIGILÂNCIA EM SAÚDE – MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EM JOÃO PESSOA;


- FONTE DE RECURSOS -1211-ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS -1214 – SUS

-13.301.10.301.5005.464242 – AB – SB – MANTER E IMPLEMENTAR A SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA;

- FONTE DE RECURSOS -1211-ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS -1214 – SUS

-ELEMENTO DE DESPESA 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.760/2021	GB COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME	R\$ 9.000,00 (nove mil reais)	26 de outubro de 2021


FABIANO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO N.º 477/2021
PROCESSO 11.571/2021

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Partícipe, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, o presente TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O NÚCLEO DE APOIO À CRIANÇA COM CANCER DO ESTADO DA PARAIBA, PARA REPASSE DE VERBA ORIUNDA DA EMENDA IMPOSITIVA N.º. 049/2020, DE AUTORIA DO VEREADOR JOÃO BOSCO DOS SANTOS FILHO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA SUBSIDIAR A "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CUSTEIO: ALIMENTOS PARA CESTAS BÁSICAS E CONSUMO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MOBÍLIA: POLTRONAS, CADEIRAS, LONGARINAS, FREEZER, AR CONDICIONADO, GELADEIRA E COMPUTADOR.", o qual terá vigência nos exercícios financeiros de 2021 e 2022, a partir da publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado para cumprir o Plano de Trabalho, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5414.462871 – MAC – REDE CONVENIADA / CONTRATADA / SUPLEMENTAR – MANTER E IMPLEMENTAR A REDE SUPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

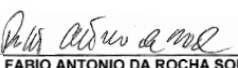
-ELEMENTO DE DESPESA: 44.50.42 – AUXÍLIOS

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;

-ELEMENTO DE DESPESA: 33.50.43 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;

T. DE FOMENTO	NOME	VALOR	DATA
047/2021	NÚCLEO DE APOIO À CRIANÇA COM CANCER DO ESTADO DA PARAIBA	R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)	27 de outubro de 2021


FABIANO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

AVISO DE LICITAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

PROCESSO ADM. Nº. 2020/12.189

Chave CGM: CD9Q-ST28-6F27-0B1X

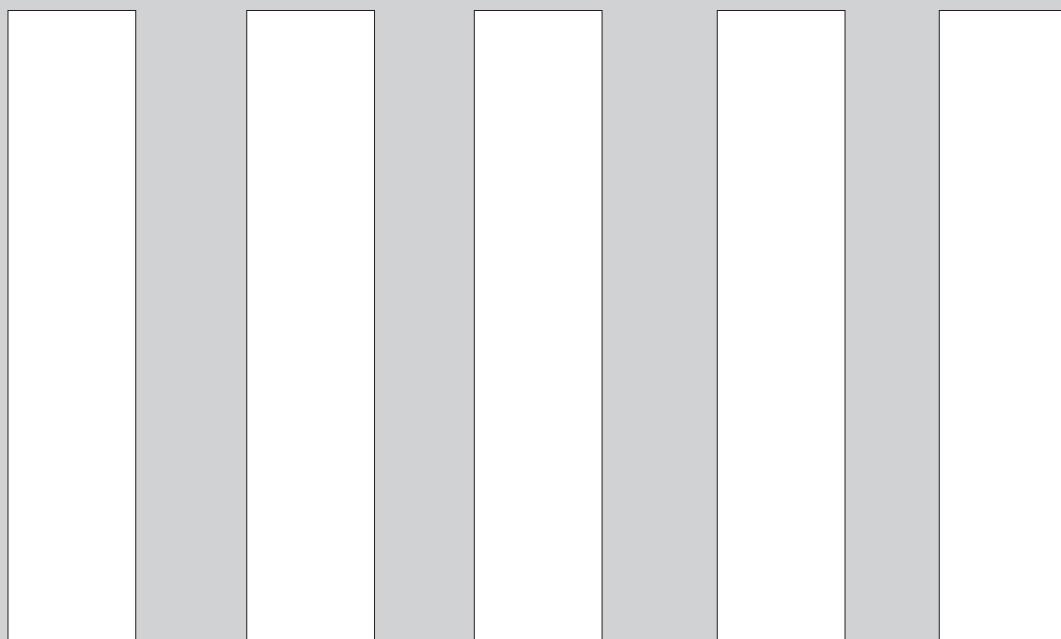
A EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana do Município de João Pessoa, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço Global por Lote, às 09:30hs(horário local) do dia 18 de Novembro de 2021, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB, OBRA INTEGRANTE DO PROGRAMA IPTU CIDADÃO, CRIADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 021 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000, obra integrante do programa IPTU Cidadão, criado pela Lei Complementar nº 021 de 29 de dezembro de 2000. A sessão pública será realizada na sede da EMLUR, situada na Av. Minas Gerais, 177, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB. SUPORTE LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e Termo de Cooperação Técnica nº 001/2010-SEINFRA. Cópia do Edital e seus anexos poderão ser obtidos no endereço acima, das 08:00 às 17:00hs (horário local), a partir da publicação deste aviso no Semanário Oficial do Município de João Pessoa, ou no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Informações pelo Fone: (083) 3214-7629.

João Pessoa, 27 de Outubro de 2021


Francisco Raimerson Guedes Dantas
Presidente da CPL



RESPEITE A FAIXA DE PEDESTRE



FAÇA SUA PARTE

**JOÃO PESSOA JÁ
ESTÁ SE ORGULHANDO**